

Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Troncoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i>	
<i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i>	
<i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i>	
<i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i>	
<i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i>	
<i>Mariela Camargo Masutti</i>	
<i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i>	
<i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17 214

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Isabelle Mendonça de Carvalho

Thaís Rebouças Vidal

Amando Candeira Costa Filho

CAPÍTULO 18 225

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

CAPÍTULO 19 240

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Fernanda Alves de Brito Bueno

SOBRE A ORGANIZADORA..... 258

FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE¹

Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque

Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de História, Laboratório de
Arqueologia
Recife, Pernambuco

Veleda Christina Lucena de Albuquerque

Arqueolog Pesquisas
Recife-Pernambuco

RESUMO: Uma tocha, uma paliçada, uma trincheira, um fosso, uma bateria, um fortim, um forte, uma fortaleza, se confunde de diferentes modos com a própria história da humanidade. Desde seus primórdios, em qualquer organização humana, o subsistema de defesa integrou, e ainda integra, os sistemas básicos de qualquer sociedade. Integração esta que se relaciona ainda ao sistema endócrino dos seres vivos, que tem como objetivo primordial a perpetuação das espécies.

Entender, o processo defensivo de qualquer sociedade é entender a própria sociedade nos seus diferentes vieses. Uma unidade de defesa, jamais seria construída se não houvesse nada a defender. E esta defesa poderia se relacionar com a garantia de um território, de uma economia, de uma crença, de um povo. Cada

posição fortificada, independentemente de sua magnitude, guarda em suas entranhas parte da história da própria humanidade. Teorias de defesa, explicitada pelos vários tratadistas, técnicas construtivas, artefatos bélicos, contam parte da história dos povos, e grande parte destes remanescentes já desapareceu enquanto outros se encontram em fase de sucumbir ao avanço desenfreado da sociedade moderna.

Parte desta memória se encontra registrada em documentos coevos, uma outra parcela destas informações é retrabalhada pela história, entretanto uma história “oculta” destas unidades de defesa, apenas são acessadas pela arqueologia. A nossa experiência com arqueologia histórica, desde a década de 60, tem sido suficiente para demonstrar que os passos subsequentes a descoberta não tem sido, em sua maioria, compatíveis com a dimensão do achado. Fortificações em terra que se encontravam completamente soterradas, paliçada em madeira de uma das cidades mais antigas das Américas encontram-se cobertas de asfalto, e mais algumas dezenas de exemplos, que poderiam ser citados, demonstra a desconexão entre os processos de descoberta, interpretação, restauração, preservação, e apropriação pela sociedade. Urge, portanto,

1- Publicado em: AN532 Anais do Simpósio Científico 2017 - ICOMOS BRASIL. Anais...Belo Horizonte(MG) Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2017 Disponível em <www.even3.com.br/anais/eventosicomos>
ISBN: 978-85-5722-038-6

providencias imediatas no sentido de integrar estes diferentes segmentos do conhecimento, inclusive repensando as teorias voltadas para a restauração de monumentos que balizam as diferentes Cartas Patrimoniais.

Mesmo que nada mais reste de uma unidade de defesa, uma simples placa poderá integrar um roteiro turístico, pois neste local houve objetivo, tensão, medo, heroísmo, de antepassados que de uma forma ou de outra forjou a sociedade do hoje. Ocorre que se não preservarmos o ontem de hoje apagaremos da memória o hoje do amanhã.

PALAVRAS CHAVE: Arqueologia militar. Preservação do patrimônio. Cidadania

O relacionamento entre o observado e o observador poderá alterar de forma substantiva a visão, e conseqüentemente o entendimento do objeto em pauta. Diferente perspectiva observacional pode alterar de forma significativa a percepção do objeto por parte do seu observador. Não seria diferente na observação, e mesmo no entendimento, de uma fortificação. O mesmo elemento, ou seja, uma fortificação, pode, a depender de seu observador, ser vista sob uma ótica estética, funcional, turística, da história da arte, como ainda penetrar em seu âmago mais profundo e atingir uma dimensão interpretativa da sociedade que a construiu.

Procuraremos, neste trabalho, nos posicionarmos fundamentalmente balizados por uma ótica sistêmica. Consoante esta perspectiva teórica, jamais uma fortificação seria vista, ou observada, desconectada de seu contexto mais amplo, ou seja, da sociedade que a construiu, dos conhecimentos coevos, e dos seus relacionamentos com um universo mais amplo. Procuraremos agora explicitar um pouco mais a nossa perspectiva de observação com a finalidade de tornar mais claro o nosso posicionamento quanto ao tema em pauta.

De acordo com esta perspectiva sistêmica, acreditamos que qualquer sociedade é constituída por um sistema complexo, composto por subsistemas básicos, e que por sua vez se relaciona com outros sistemas conectados com o meio ambiente do sistema em questão.

Podemos partir do princípio que qualquer sociedade, da mais simples a mais complexa, come, se abriga, se reproduz, tanto culturalmente como biologicamente, acredita em algo, se comunica, se trata, e se defende. Esta trama de procedimentos ocorre tanto em uma sociedade de caçadores e coletores, na sociedade grega, e também na sociedade atual. O modus operandi de cada sociedade constitui-se no diferencial que a torna única, embora, em alguns casos, possa haver paralelismos culturais. O entendimento destes procedimentos é o que permite ao observador/pesquisador se aproximar do entendimento da sociedade em estudo. Que toda sociedade se alimenta é o obvio. Entretanto, saber como adquire o alimento, como armazena, como o prepara, como o consome, com que artefatos o fazem, etc., permite um nível de aproximação com a particularidade desta sociedade, o mesmo ocorrendo com os demais subsistemas da sociedade em estudo. Para sintetizar o exposto até o momento, poderemos considerar que qualquer sociedade possui como subsistemas

básicos o alimentar, o abrigo, o reprodutivo, este se subdividindo entre o biológico e o cultural, o ideológico, o da saúde, o de comunicação, e o de defesa.

Embora saibamos, e defendamos, que todos estes subsistemas interajam entre si, e que não possuam prioridade hierárquica, trataremos neste trabalho mais especificamente do sistema de defesa. Sistema este que, mesmo tratado como um corte temático, não deixa de se relacionar com os demais subsistemas que integra o sistema cultural no qual se encontra inserido.

O processo defensivo em qualquer sociedade, seja humana ou animal, é motivada por uma série de mecanismos biológicos que são disparados no momento em que o indivíduo, ou a sociedade, se encontra em situação de perigo. Processos endócrinos encontram-se sempre em situação de alerta. Estes complexos processos já foram temas de inúmeros trabalhos e que lamentavelmente não cabe explorá-los no momento. Entretanto, restringindo o tema apenas a sociedade humana, não temos dúvida que além dos processos apenas biológicos, existem outros de natureza cultural que variam de acordo com o grau de complexidade da sociedade em questão. Ao admitirmos a classificação de Service para a sociedade humana, existem outras tão válidas e complexas, teríamos a sociedade humana dividida em Bandos, Tribos, Chefias, Estados Antigos e Estados Modernos.

Em consonância com a classificação de Service, daremos ênfase apenas ao sistema defensivo destas sociedades. Os grupos a nível de Bando não possuíam líderes formais. Destacavam-se os membros do bando que tivessem mais aptidão para o desempenho da tarefa do momento. No caso de um ataque ao grupo, os mais habilidosos na arte da defesa assumiriam a liderança. Todos os aptos participavam em prol da defesa do bem comum. Já a nível de tribo, constituída por um maior número de integrantes, já havia lideranças específicas, tanto religiosa como para outras atividades como a guerra. Havia guerreiros, porém não exército. Já, quando a sociedade se torna mais complexa, com um maior número de membros, sedentária, e mais algumas características, Service a denomina de Chefia. Seria o caso de algumas populações andinas, por exemplo. Nestas sociedades já há o chefe formal, o sacerdote, e os guerreiros, estes que viriam a ser o germe bem desenvolvido de um exército. O passo adiante, ainda de acordo com Service, seria o estado antigo que poderia ser exemplificado por Roma, Grécia, Egito, dentre outros. Nesta conjuntura já se tinha efetivamente um exército formal. Exército não apenas defensivo, mas também voltado ao expansionismo, muito característico deste período da história humana. Em seguida a este período viria a sociedade moderna. Em todas estas etapas da humanidade o sistema de defesa esteve presente, mesmo que apresentando diferentes expressões e sempre refletindo a tecnologia de sua época correspondente. O estudo e a preservação deste sistema, permite o acompanhamento e parte do entendimento destas diferentes etapas da humanidade. O que se tinha a defender, como se defendia, quais as técnicas que foram utilizadas ao longo desta longa caminhada da humanidade.

Partindo do pressuposto de que estamos de acordo com estas afirmações, nos

deparamos com uma outra gama de questionamentos, afirmações e dúvidas. Entender e preservar este patrimônio a quem interessa realmente? E, mesmo que a afirmativa seja positiva, a quem realmente compete esta responsabilidade? Estas duas questões, aparentemente simples, são de uma grande complexidade e sobretudo operacionalidade. Não nos parece produtivo a restauração ou manutenção de um patrimônio como uma fortificação, por exemplo, sem que haja uma apropriação da mesma pela sociedade na qual se encontra inserida. O primeiro passo que nos parece primordial constitui-se em um intenso programa de educação patrimonial, contínuo e direcionado a todas as faixas etárias, com ênfase para a mais tenra idade. Na oportunidade em que a sociedade realmente se apropriar do monumento, independentemente de ações do Estado, estará assegurada a sua preservação, e qualquer negligência com a mesma será imediatamente cobrada dos órgãos responsáveis para tal. A sociedade precisa entender e introjetar que esta fortificação é parte de sua história. Que ao contempla-la, veja nela seus antepassados envolvidos com a defesa de algo, que por consequência é o hoje que ele vivência. Na oportunidade em que esta etapa for realmente vencida, torna-se mais simples a conquista da batalha seguinte, ou seja, a cobrança das instituições a quem por sua origem e finalidade cabe esta responsabilidade.

Esta segunda batalha, entretanto, ao nosso ver, se depara com vários óbices a nível internacional. Por uma questão de objetividade fecharemos o zoom a nível de Brasil, não impedindo que seja pensado oportunamente para outros países que possuem também uma legislação específica para o tema. Em um patamar mais elevado temos no Brasil o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN. Este Órgão possui superintendências em todos os estados da federação, que se pautam pela Legislação Federal vigente, e por portarias e normativas internas. Alguns estados, e mesmo alguns municípios, possuem órgãos responsáveis pelo patrimônio no âmbito de suas áreas de abrangência sem que possam ferir a legislação maior. A legislação, entretanto, que rege o patrimônio nacional não chega, nem deveria chegar a minudências operacionais quanto a procedimentos técnicos. Valem-se, portanto, de teóricos que se dedicaram ao tema e das Cartas Patrimoniais. Este suporte teórico/metodológico, entretanto, nem sempre, ao nosso ver, corresponde as diferenças regionais com suas peculiaridades intrínsecas.

Desenvolvemos o maior respeito e admiração por autores como Camillo Boito, Cesari Brandi, John Ruskin, Viollet-Le Duc e tantos outros, que não apenas se preocuparam como produziram obras fantásticas voltadas a preservação dos monumentos. Preservação esta que tem como um dos objetivos lapidares a preservação da memória para com as gerações futuras. Ora, nós, do hoje, somos a “geração futura” do ontem. Vivenciamos o presente, e devemos nos preocupar com a preservação da memória para os de amanhã. Se nos balizarmos por muitos dos conceitos preconizados, sobretudo pelos autores acima citados, deixaremos para o futuro apenas esta memória construída no passado sobre a forma de pó. Será que já não é tempo de repensarmos certos conceitos e adaptarmos a um novo tempo? Os

conceitos destes autores permeiam a mente da maioria dos restauradores e dos órgãos responsáveis pela preservação da memória, de forma que chega a se assemelhar a uma lógica religiosa, dogmática. Quase sempre quando tomam uma decisão, ou não tomam, procuram frequentemente justificar suas posições, balizados nestes conceitos e na Carta de Veneza. Carta esta, bem elaborada e com bastantes tópicos com os quais concordamos. Temos que admitir que o conhecimento humano seguiu, a princípio, a seguinte ordem cronológica; o conhecimento popular, acumulado desde a origem do gênero Homo, seguido do religioso, do filosófico, e por último do científico. Para não nos determos neste assunto, consideraremos neste momento apenas o conhecimento religioso e o científico. Para o conhecimento religioso temos, concordemos ou não, de admitir que o mesmo é verdadeiro, pleno, finito, e não carece de adendos. Não se poderia cogitar, para o cristianismo por exemplo, que alguém pensasse em escrever o Novíssimo Testamento. As verdades contidas no Novo Testamento são suficientes e não questionáveis para os cristãos. O mesmo não ocorre com o conhecimento científico. Este, que para um número considerável de pessoas é verdadeiro, é o que mais dúvidas apresenta. Se não houver dúvidas não é ciência. O crescimento do conhecimento científico deve-se a consciência de que há a necessidade de se aproximar da verdade, ao mesmo tempo em que há a consciência de que a mesma nunca será alcançada, mas sempre aproximada. Quando foi afirmado, por exemplo, que a água entrava em ebulição a 100°C, verdade momentânea, logo em seguida foi constatado que não era qualquer água, que não seria a qualquer altitude, etc., ou seja, sempre o conhecimento foi ampliado. Ora, se pensarmos desta forma, temos que admitir que o mesmo tipo de procedimento deva ser aplicado as teorias de restauração. Temos, ao nosso ver, também que pensar que o homem desenvolveu uma percepção tridimensional da realidade que o cerca. Ele precisa de forma. Para um arquiteto, por exemplo, não é difícil imaginar algumas paredes de uma ruína como o imóvel íntegro, porém, o mesmo não ocorre com a população em geral que necessita de forma. A preservação da memória, tão decantada entre os teóricos, é para uma minoria de técnicos ou para a sociedade como um todo? O que deveria ter sido feito com os monumentos de alguns países europeus após a II guerra mundial? Justo que fosse preservado alguns escombros como memória da destruição, mas todos? Acredito que não seria esta a expectativa da sociedade do hoje que é a sociedade do ontem que vivenciou a guerra.

Acreditamos que nos encontramos em um momento oportuno para uma profunda reflexão sobre o tema. Não que abandonemos o que já foi produzido, muito pelo contrário, mas que produzamos algo que não apenas sintetize a produção sobre o tema, mas que avance do ponto de vista epistemológico. Sabemos que é uma tarefa árdua, incômoda até, porém necessária a todos que de alguma forma se encontram vinculados ao tema. Deve-se entrar em uma outra era de procedimentos e eliminar os “complexos de culpa” e de desculpas. É frequente entre os restauradores, mesmo dos órgãos oficiais, afirmações tipo não podemos realizar isto porque Brandi, ou

outro autor, inviabiliza esta possibilidade. Ou de outra forma, adota-se uma postura considerada mais oportuna e justifica-se “embora tal autor seja contra, tivemos que adotar”. Temos que admitir, no entanto, que não somos os únicos que se preocupam com o tema. Vários autores e restauradores já tem se manifestado contrários a uma postura dogmática com relação a esta temática. Não faltam exemplos no Brasil relativos a esta afirmativa. Por que não assumimos que apenas a manutenção, extremamente necessária, não é suficiente para a preservação desta memória para as gerações futuras. Temos que pensar, questionar, avançar. Existem fórum para estas discussões, como também pensadores para romper estas posturas “religiosas”. Não estamos tratando de dogmas, e sim de posturas relacionadas com a preservação de uma memória factível de uma destruição por diferentes agentes tanto naturais como antrópicos. No caso do Brasil temos o IPHAN, e a nível internacional o ICOFORT, o ICOMOS e a UNESCO. Estes organismos e mais alguns pensadores, que não se encontram associados aos mesmos, possuem condições de produzirem uma síntese do que já foi realizado e um documento mais apropriado aos dias atuais. Documento que seja ético, moral, técnico, científico e contemporâneo.

Um outro aspecto digno de nota, é a postura destes organismos diante da prática da arqueologia histórica. Ao nosso ver é inadmissível a realização de uma restauração sem que haja uma pesquisa arqueológica previa. Se o problema defendido é a preservação da memória, porque ocultar aspectos significativos para o entendimento desta memória que não foi registrada pela documentação histórica? A arqueologia não busca o diferente que normalmente é registrado pela documentação, e sim por aspectos do quotidiano que passou despercebido aos responsáveis pelo registro dos acontecimentos. A realização da pesquisa arqueológica é privilegiada na Carta de Veneza, embora muitas restaurações lacraram para sempre um passado que, se revelado, traria muitas informações que favoreceriam um melhor entendimento do monumento. Um outro aspecto que nos parece existir, consiste no conhecimento inabalável de alguns, embora poucos, restauradores que acreditam que seus conhecimentos de História da Arte são suficientes para restaurar um monumento, o que a pesquisa arqueológica tem demonstrado o contrário. Cada monumento possui uma história própria e única e a arqueologia contribui para o seu resgate. Parece-nos que seria oportuno a execução de um trabalho de restauração no qual houvesse uma conjugação de saberes.

A nossa experiencia com arqueologia militar por mais de 50 anos nos tem permitido vivenciar as dúvidas acima expostas além de erros e acertos. Portanto, os comentários expostos até o momento não são baseados em vãs divagações, e sim fundamentados em uma experiencia vivenciada. Vivenciada inclusive com a participação da sociedade atual que procura referencias da sociedade passada. Todas as nossas pesquisas arqueológicas foram e são abertas ao público e guiadas por pessoas treinadas para a educação patrimonial. Na escavação do Forte de Orange, por exemplo, recebemos a média de 1232 pessoas/dia. Tínhamos 20 técnicos destinados ao acompanhamento

dos visitantes. Sempre procurávamos saber o que pensavam a respeito, e o que esperavam da finalização do trabalho. Destes questionamentos com a sociedade do presente, podemos afirmar que a quase totalidade não pensa em consonância com os teóricos da restauração. A memória não deverá ser preservada para a Sociedade do futuro? E estes não constituem a sociedade do futuro em relação ao que construíram o monumento? Em nenhum momento pensamos que estamos com a verdade, apenas temos certeza de que o tema deve ser seriamente discutido de forma a permitir o objetivo de todos que é o de preservar estes monumentos tanto para a sociedade atual como para as que virão.

A nossa trajetória em arqueologia militar nos permitiu a interação com a maioria dos temas propostos para este encontro do ICOMOS, como arquitetura de terra, em pedra, e em madeira. Escavamos o reduto de Tejucupapo, fortificação em terra e paliçada, no qual houve um combate, sobretudo de mulheres contra uma tropa holandesa. Este reduto teve seu fosso completamente aberto pela pesquisa arqueológica. Lamentavelmente não houve a devida proteção a este monumento de grande significação para a história da guerra holandesa no nordeste do Brasil e que atualmente se encontra bastante assoreado. A arqueologia revelou o monumento e a preservação foi negligenciada. Ainda em fortificação de terra localizamos e escavamos parte do fosso que circundava o Forte Real do Bom Jesus. Esta fortificação em terra foi um dos mais significativos pontos de resistência à ocupação holandesa. Na oportunidade que os holandeses o tomaram, depois de 5 anos de resistência, o mesmo foi destruído. O seu fosso se encontrava completamente soterrado e ao nível do terreno geral. A diferença estratigráfica permitiu, com precisão, se determinar o seu entulho, inclusive com material arqueológico em seu interior, bem como a sua escarpa e contra escarpa. Durante anos a sua manutenção foi precária, apenas houve um desvio das águas pluviais realizada ainda pela pesquisa arqueológica. Durante anos cresceu uma vegetação em seu interior que chegou a prejudicar a sua integridade. Recentemente todo o seu interior foi revestido de grama esmeralda, que parece ser uma boa forma de preservação de monumentos de terra em quotas negativas. Vários monumentos em terra nos quais realizamos um reconhecimento arqueológico encontra-se em situação precária. Alguns dos quais sem que a população envolvente saiba de que se trata.

Já trabalhamos também em fortificações em pedra, e constatamos que vários aspectos são de suma importância para a sua preservação. Um dos maiores fatores para a sua degradação constitui-se no crescimento de vegetais em suas frestas. Estes vegetais, que nascem de uma semente, crescem, e chegam a danificar toda a sua estrutura com seu sistema radicular. Existem monumentos em que, por paradoxal que pareça, as suas paredes estão seguras por este sistema radicular. Ao se considerar que o monumento chegou a este ponto temos necessariamente que admitir que os órgãos responsáveis pela sua manutenção foram no mínimo negligentes. Não podemos nos esquecer que, na oportunidade em que uma semente germine, até uma criança poderia extirpa-la. Porém no estágio em que toda a parede se encontre

sustentada pelo sistema radicular, o monumento para ser restaurado necessita de um complexo trabalho de engenharia. Pois, caso as raízes sejam extirpadas a parede ruirá. Que memória estamos preservando? Que exemplo estamos transmitindo para a sociedade? Do ponto de vista psicossocial estamos “informando” a sociedade que o monumento não tem valor, e não necessita de preservação. Será que não estamos na contramão da educação patrimonial?

Já realizamos pesquisa arqueológica em fortificações de pedra que se encontravam totalmente rebocadas, parcialmente rebocadas, e sem reboco. Na maioria delas, mesmo que não estivessem rebocadas, encontramos vestígios arqueológicos de reboco, ou seja, testemunhos de que devem ter sido rebocadas e por alguma razão perderam este revestimento. A presença do reboco em uma fortificação não se constitui apenas em um elemento estético, mas sobretudo funcional. A sua presença dificulta o inimigo na tentativa de uma escalada. Ainda a presença do reboco praticamente inviabiliza o crescimento de vegetação em suas frestas. Participamos de diversas discussões com especialistas em restauração, inclusive de órgãos oficiais, sobre a reposição do reboco na restauração do monumento. Podemos afirmar que não há unanimidade consensual sobre o assunto. E por incrível que pareça, muitas destas dúvidas por parte dos técnicos não são em função dos teóricos acima referidos, e sim da sociedade enquanto usuária do monumento. Como já foi explicitado em parágrafos anteriores, todos os nossos trabalhos de pesquisa arqueológica são abertos ao público, com extraordinário retorno no tocante a educação patrimonial. E, neste contato durante toda a escavação, procuramos ouvir os visitantes que, quase de forma unânime, defendem que o forte não deve ser rebocado, que “é mais simpático vê-lo em pedra”

Fortificações e estruturas fortificadas em madeira também já foram objeto de nossas pesquisas. Embora a descoberta tenha tido grande repercussão popular, histórica e arqueológica, a sua manutenção não foi, a nosso ver, das mais adequadas. As mesmas foram “escondidas”. Ora, será que não há uma incoerência teórica neste procedimento? A sociedade passada a construiu, e dela fez uso. A sociedade do futuro poderá vir a descobri-las novamente. E a sociedade do presente, que somos a sociedade do futuro da sociedade que a construiu, se encontra privada de dela se apropriar. Como exemplo poderíamos dizer que descobrimos a paliçada em madeira de uma das cidades coloniais mais antigas das Américas, e que a mesma se encontra coberta por asfalto. Como poderá haver a apropriação do Bem? Como poderemos aproveitar estas descobertas como roteiro de um turismo cultural, um dos temas deste encontro. Mais uma vez reforçando o enfoque Brasil, apenas lamentamos a profunda desconexão entre os órgãos e pessoas de áreas como pesquisa, restauração, preservação, turismo, transporte, e tantos outros setores, que observamos integrados em alguns países, e que o Brasil ainda não conseguiu se conectar.

O turismo e o estabelecimento de rotas culturais ainda se constituem em uma grande falha do setor. As fortificações frequentemente foram edificadas em locais estratégicos e atraentes para os dias atuais. Temos, no caso brasileiro, fortificações da

Amazônia ao Rio Grande do Sul. Caso houvesse integração entre os órgãos oficiais e o setor privado como os profissionais do turismo, instituições, o setor hoteleiro, e demais áreas envolvidas com a atividade turística, teríamos educação patrimonial, lazer, emprego e renda. Por que não utilizamos este potencial que já existe? A Amazônia é um atrativo mundial, as praias idem. Este pacote turístico poderia ser segmentado, ou seja, os turistas que preferissem selva viriam os fortes da Amazônia, teriam uma explicação in loco, comprariam réplicas de peças, navegariam no Amazonas, degustariam as iguarias locais, e conheceriam vários aspectos da cultura amazônica. Poderia haver um outro pacote para o nordeste, outro para o sul, ou um maior ainda que abrangesse todo o conjunto. Isto poderia ser feito de navio, avião e outros meios de transporte. Poderia ser chamado de “circuito dos fortes”, como existe em vários países como a Holanda. O uso seria uma das melhores formas de proteção do monumento. Claro que estamos admitindo que haveria guias treinados na história do forte, e que realmente conseguissem transmitir de forma atraente e compatível com a faixa etária, o porquê deste monumento. Esta atividade ocuparia artesãos que reproduzissem peças com o aval de uma instituição de pesquisa, uma interpretação e sinalização do monumento compatível com a expectativa dos visitantes. Isto teria que ser inserido em um projeto de Estado, independente de facções político/partidária. Temos no Brasil fortificações desde o início da colonização até a II Guerra Mundial. A pergunta que não cala: Por que não acontece. Isto vem responder, em parte, a uma questão acima referida: a quem cabe a responsabilidade?

A pesquisa arqueológica apresenta um grande potencial tanto para a localização da fortificação, interpretação, e restauração das fortificações que se encontram no território nacional, considerando apenas o Brasil em função dos objetivos deste oportuno encontro.

Em função do desgaste pelo tempo, da matéria prima utilizada na edificação, da negligência institucional, da falta de um eficaz plano de utilização, as fortificações encontradas do Brasil se apresentam de diferentes aspectos, vendo-as como potencial arqueológico.

Fortificações preservadas. Estas, embora raras, oferecem ao observador condições de pelo menos serem identificadas pela sociedade como sendo um forte. Uma pesquisa arqueológica traria informações novas que se encontram em seu amago, e que não foram registradas pela historiografia.

Fortificações superpostas. Em decorrência da essência de uma fortificação, muitas delas trocaram de bandeira, ou mesmo sofreram alterações pelo mesmo grupo cultural. Como normalmente a escolha do local a ser fortificado baseia-se em critérios operacionais, muitas fortificações de outros grupos são edificadas sobre a anterior. A pesquisa arqueológica realizada na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Itamaracá, encontrou o Forte de Orange a 4 metros de profundidade, ou seja, duas fortificações distintas na mesma coordenada geográfica. A inferior de construção holandesa e a subsequente de construção portuguesa.

Fortificações abandonadas e conhecidas pela população local sob forma de ruína. O estudo arqueológico desta categoria de fortificação além de trazer a luz as suas subunidades funcionais que permitirão uma restauração, resgatará muitos aspectos do cotidiano de seus ocupantes.

Fortificações desaparecidas e soterradas por edificações recentes. Esta categoria de fortificação, do ponto de vista arqueológico, apresenta uma complexidade operacional mais diferenciada, porém não exequível. Caso haja interesse em recuperar sua localização poder-se-ia utilizar de recursos de georreferenciamento projetivo, como utilizamos na localização do Forte Mauricio, em Penedo, no estado de Alagoas. No caso de se ter sobre a fortificação edificações recentes em que não haja interesse em demoli-las, deve-se, depois da localização ser exitosa, utilizar o radar de solo com o objetivo de resgate imagético de suas estruturas interiores. Casos semelhantes não impediria que após a localização do forte que se enquadrasse nestas condições, que fosse aposto um totem explicativo e que, em um roteiro turístico/cultural, o mesmo não fosse visitado de forma a integrar esta localização no entendimento do sistema de defesa pretérito.

Fortificações parcialmente desaparecidas. Existem fortificações que não mantem mais uma morfológica que permita a sua identificação como tal. Muitas vezes são vestígios aparentes, mas que teve sua identidade perdida na memória da população local. A prática da pesquisa arqueológica não apenas trará à tona a unidade de defesa, como tirará a população local do estado de amnesia coletiva.

Fortificações desaparecidas e a área retrabalhada por agentes naturais (abandonada). No caso de fortes que se encontrem nesta situação, a pesquisa arqueológica deverá se antecedida por um trabalho prospectivo. Não será, como em outras situações, desenvolvido de imediato um projeto de pesquisa na fortificação, e sim uma prospecção intensiva na área para a identificação da fortificação que não se encontra registrada na memória oral da sociedade envolvente. Este foi o caso do Forte Real do Bom Jesus, cujos vestígios foram procurados pelo imperador D. Pedro, que relatou em seu minucioso diário que “não havia mais vestígios do mesmo”. Foi nesta situação que desenvolvemos um trabalho prospectivo na área e localizamos o seu fosso.

Dado a natureza deste encontro e sua temática central, demos uma maior ênfase a exemplos brasileiros, embora tenhamos também alguma experiência com o tema no exterior. Não nos detivemos a exemplos do sistema de defesa de grupos pré-históricos cujo entendimento são de suma importância para o entendimento da sobrevivência de nossos antepassados mais remotos. A mesma omissão intencional refere-se a II Guerra Mundial, da qual já temos vários vestígios prospectados. Esperamos que em um outro encontro, a nível nacional ou internacional, possamos nos debruçar sobre muitos dos temas aqui abordados e romper alguns dogmas de modo a permitir que realmente as sociedades que nos sucederão venham a ter a chance de conhecer a sua história através das fortificações, que de alguma forma defenderam crenças,

conquistas, esperanças, medos, enfim, a história da própria humanidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V.; WALMSLEY, D. **Fortes de Pernambuco**. 1. ed. Recife: GRAFTORRE LTDA., 1999. v. 1. 204p.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. **Arraial Novo do Bom Jesus - Consolidando Um Processo, Iniciando Um Futuro**. 1. ed. RECIFE: GRAFTORRE, 1997. v. 1000. 225p.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Arqueologia de Unidades de Defesa. In: Fernanda Codevilla Soares. (Org.). **Arqueologia das fortificações: perspectivas**. 1ed.Florianópolis: Lagoa, 2015, v., p. 9-37.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Velhos e Novos Mundos em uma perspectiva arqueológica. In: TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, José António. (Org.). **Velhos e Novos Mundos. Estudos de arqueologia moderna (Old and New Worlds. Studies on early modern archaeology)**. 1ed.Lisboa: , 2012, v. 1, p. 5-.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Holandeses en Pernambuco. Rescate material de la Historia. In: PÉREZ, José Manuel Santos; SOUZA, George F. Cabral de (Editores). (Org.). **El desafío holandés al dominio ibérico en Brasil en el siglo XVII** - Salamanca. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006, v. , p. 107-160.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.;. **Contacts Between the Portuguese and Indians on Brazilian Coast, circa 1516**. Paper presented at the 1993 Society for Historical Archaeology 26th Meeting of the Conference on Historical and Underwater Archaeology, Kansas City, Missouri, January 6-10.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, Veleda. -Arqueologia Histórica e restauração de monumentos. **Boletim do Departamento de História da UFPE**, vol. 1, n. 1. Recife, p. 58-61.1976

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, Veleda. **Forte Real do Bom Jesus - Resgate arqueológico de um sítio histórico**. Recife, Cia. Ed. de Pernambuco, 72 p.1988.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Arqueologia do Forte dos Reis Magos em Natal, in: **Revista DaCultura**, p. 22-31, Ano XIII, no. 24, FUNCEB, 2014

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Fernando de Noronha: uma ilha de defesa e a defesa da Ilha, in: **Revista DaCultura**, p. 34-48, Ano XII, no. 21, FUNCEB, 2013.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia - Forte Orange e seu cotidiano material, in: **Revista DaCultura**, p. 26-35, Ano XII, no. 19, FUNCEB, 2012

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; e LUCENA, Veleda. Arqueologia Amazônica: O potencial arqueológico dos assentamentos e fortificações de diferentes bandeiras, in: **Arqueologia Amazônica 2 /** Organizado por Edithe Pereira e Vera Guapindaia, p. 968-1019. Belém: MPEG; IPHAN; SECULT, 2010

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia do Forte Orange II, in: **Revista DaCultura**, p. 44-51, Ano X, no. 16, FUNCEB, 2010.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia do Forte Orange. **Revista DaCultura**. Rio de Janeiro, n. 15, ano IX, p 37-47, Jun./2009

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia da Fortaleza São José de Macapá. **Revista DaCultura**. Rio de Janeiro, n. 14, ano VIII, p 41-46, Jun./2008

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia - O Forte do Brum. **Revista DaCultura**. Rio de Janeiro, n. 13, ano VII, p 43-50, Dez./2007

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. As escavações arqueológicas no Forte de Orange. **ARC - Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, Olinda, v.1, n. 2, p. 51-55, 2007. Número dedicado aos trabalhos do III Simpósio de técnicas avançadas em conservação de bens culturais, Olinda, 2006.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Remanescentes materiais do Período Pombalino no Amapá. **ARC - Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação**, Olinda, v.1, n. 6, p. 313-319, 2007. Número dedicado aos trabalhos do III Simpósio de técnicas avançadas em conservação de bens culturais, Olinda, 2006.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Forte do Brum. In: **Museu Militar do Forte do Brum**. Recife: Museu Militar do Forte do Brum, [2000].

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Assentamentos militares: Uma perspectiva em abordagem. **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA AMERICANA**, 2, 1995, Santa Fé, Argentina. Atas I... Columbia-USA: University of South Carolina. 1995, V. 14, p. 19-38

ALBUQUERQUE, M. A. G. M. Arqueologia Histórica do Amapá: limites e possibilidades. **CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA - ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E TURISMO**, 13., 2005, Campo Grande. Resumos.. Campo Grande: Edelbra, 2005. p. 17

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. **CLIO**, n.8, p. 131-151, 1992.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Escavações Arqueológicas Realizadas Na Igreja Quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, Em Olinda. **CLIO**, n.3, p. 89-90, 1980. (1º Quartel General das Tropas holandesas em Pernambuco)

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. Cidades Pombalinas na Amazônia. In: I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana, 2006, Salvador - Bahia. **I Fórum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana** - Resumos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. O Forte de Orange. In: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia - Nação e Cidadania, 2004, Olinda. **Anais da XXIV Reunião Brasileira de Antropologia - Nação e Cidadania**, 2004. v. 1.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.. O Forte Orange. In: **REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA: NAÇÃO E CIDADANIA**, 24., 2004, Olinda. Resumos. Recife: Associação Brasileira de Antropologia, 2004. p. 73

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. Projeto Arqueológico Forte Orange, Itamaracá-PE - Resumo dos resultados referentes a escavação arqueológica. In: **XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia da América Latina**, 2003, São Paulo. Resumos do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira: Arqueologia da América Latina. São Paulo: All Print Produções, 2003. v. 1. p. 172-172.

ALBUQUERQUE, M. A. G. M.; LUCENA, V. 500 Anos de Implantação do sistema Colonial Português no Nordeste do Brasil - A contribuição da Arqueologia Histórica. In: **X Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira.**, Recife, 1999. v. 1.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

- BARRETO, Annibal, Cel. **Fortificações do Brasil (resumo histórico)**. S. I. Biblioteca do Exército. 1958
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**; trad. Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDI, Cesare. "Theory of Restoration I", *in: Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996.p. 230-235.
- BRANDI, Cesare. *Teoria del Restauro*. Torino: Giulio Einaudi, 1977.
- CAMPELLO, Glauco. A Restauração do Paço: revendo 240 de transformações. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n.º 20, p. 139-151, 1984.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Forte dos Reis Magos, Subsídios para a Restauração**.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2003.
- CURY, ISABELLE; INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2004. 3.ed., rev. e aum. p. 13.
- DANTAS, E. R. **Cantaria: arte no corte da pedra**. Natal: Fundação Hélio Galvão, Galante, nº 5, ano 03, volume 11, Out., 2001.
- FRANCE-LANORD, Albert. "Knowing How to 'Question' the Object before Restoring it", *in: Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996.p. 244-247.
- LYRA, Cyro Corrêa. O Novo Paço: uma obra para debates. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória SPHAN, n.º 20, p. 152- 154, 1984.
- OLIVEIRA, Raquel Diniz. TEORIA E PRÁTICA DA RESTAURAÇÃO **Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 7, jul.-ago.-set./2009, p. 75-91
- RUSKIN, John. *The seven lamps of architecture*. London: 1901.
- SERVICE, Elman R. **Primitive Social Organization; an Evolutionary Perspective**, 2ª edição. New York, Random House, 1971, 221 p.
- VELLOZO, D.S. **Arquitetura Militar ou Fortificação Moderna**. [online]. Transcrição e comentários de Mário Mendonça de Oliveira. Salvador: EDUFBA,2005. 370 p. ISBN: 85- 232-0373-7
- VIOLLET –LE-DUC *et alli*. "V – Restoration and Anti-Restitution, *in: Historical and Philosophical Issues in the Conservation Cultural Heritage*. Los Angeles: GCI, 1996. p: 47-55.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-Sistem: Capitalist Agriculture and the Origins of the Europeans World-Economy in the Sixteenth Century**. New York, Academic Press. 1979

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

